



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA ARTE
FACULDADE DE ARTES VISUAIS
CURSO DE MUSEOLOGIA**

SAMARA CAROLINA FERREIRA DA SILVA

**A DOCUMENTAÇÃO DO PROJETO "MEMÓRIA CULTURAL DA INFÂNCIA NA
AMAZÔNIA_MOVIMENTO REPÚBLICA EMAÚS"**

**BELÉM-PA
2025**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA ARTE
FACULDADE DE ARTES VISUAIS
CURSO DE MUSEOLOGIA**

SAMARA CAROLINA FERREIRA DA SILVA

**A DOCUMENTAÇÃO DO PROJETO "MEMÓRIA CULTURAL DA INFÂNCIA NA
AMAZÔNIA_MOVIMENTO REPÚBLICA EMAÚS"**

Artigo de Conclusão de Curso apresentado como requisito para obtenção do Título de Bacharel no Curso de Museologia pela Universidade Federal do Pará.

Orientador: Prof. Luiz Tadeu da Costa

**BELÉM-PA
2025**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Biblioteca Universitária da ETDUFPA-Belém-PA**

S586d Silva, Samara Carolina Ferreira da
 A Documentação do Projeto "Memória Cultural da Infância na
 Amazônia: Movimento República Emaús"/ Samara Carolina Ferreira
 da Silva. 2025.
 34 f.

 Orientador: Prof. Luiz Tadeu da Costa

 Artigo de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade
 Federal do Pará, Faculdade de Artes Visuais, Curso de Museologia,
 Belém, 2025.

 1. Museologia social e comunitária. 2. Fotografia. I. Movimento
 República de Emaús. II. Título.

CDD - 23. ed. 069.72

Elaborado por Rosemarie de Almeida Costa – CRB-2/726



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA ARTE
FACULDADE DE ARTES VISUAIS
CURSO DE BACHARELADO EM MUSEOLOGIA



ATA DE AFERIÇÃO DOS TRABALHOS DE DEFESA

No dia **vinte e dois do mês de agosto do ano de dois mil e cinco (22/08/2025)**, às 09:00h, por meio de vídeo conferência (Google Meet), reuniu-se a banca examinadora formada pelas docentes **Prof. Ms. Luiz Tadeu da Costa (Orientador)**, **Prof. Dra. Marcela Guedes Cabral (Membro interno)** e **Prof. Dra. Lucia das Graças Santana da Silva (Membro externo)** para avaliarem o TRABALHO DE DEFESA intitulado “**A Documentação do Projeto "Memória Cultural das Infâncias e Adolescências na Amazônia"**”, de autoria da discente **Samara Carolina Ferreira da Silva**, do curso de Bacharelado em Museologia, Faculdade de Artes Visuais (FAV), Instituto de Ciências da Arte (ICA), Universidade Federal do Pará (UFPA), no período Letivo (PL) **2025.2**. Após a apreciação do trabalho escrito e da apresentação oral e expositiva, a banca promulgou o resultado **EXCELENTE**, presentes na ficha em anexo, e as observações foram entregues ao discente, para serem atendidas no documento final de TCC, conforme a resolução da Faculdade de Artes Visuais. E nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelos membros/membras da Banca Examinadora.

Belém, 22 de agosto de 2025.

Documento assinado digitalmente
gov.br LUIZ TADEU DA COSTA
Data: 25/08/2025 08:04:30-0300
verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Presidente (orientador): _____

Documento assinado digitalmente
gov.br MARCELA GUEDES CABRAL
Data: 30/08/2025 12:40:24-0300
verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Membro (interno): _____

Documento assinado digitalmente
gov.br LUCIA DAS GRACAS SANTANA DA SILVA
Data: 03/09/2025 10:26:16-0300
verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Membro (externo): _____

Rua Augusto Corrêa, 1 - Campus Profissional - CEP 66075-990 - Belém – Pará - Telefone: (91) 3201-7554
e-mail: cursodemuseologia@ufpa.br

Resumo

Este trabalho apresenta o processo de documentação, digitalização e conservação do acervo fotográfico do Movimento República de Emaús (MRE), localizado em Belém do Pará. Realizado dentro do contexto do projeto “Memória Cultural da Infância na Amazônia_Movimento República Emaús”, parte dos princípios da museologia social e comunitária, valorizando a memória coletiva como instrumento de identidade e transformação social. Buscando não apenas preservar imagens, mas também destacar a importância da fotografia como documento sensível e potente na construção de narrativas históricas locais.

Palavras-chaves: Museologia social e comunitária; Fotografia; Movimento República de Emaús.

Abstract

This paper presents the process of documenting, digitizing, and preserving the photographic collection of the Republic of Emaus Movement (MRE), located in Belém, Pará. Conducted within the context of the "Cultural Memory of Childhood and Adolescence in the Amazon" project, it is based on the principles of social and community museology, valuing collective memory as an instrument of identity and social transformation. The aim is not only to preserve images but also to highlight the importance of photography as a sensitive and powerful document in the construction of local historical narratives.

Keywords: Social and community museology; Photography; Republic of Emmaus Movement.

1. Introdução

A museologia social e comunitária representa, nas últimas décadas, uma das mais significativas mudanças de paradigma no campo museológico. Elas deslocam o foco do museu tradicional, centrado na preservação e contemplação de objetos, para um modelo vivo, dialógico e comprometido com as realidades sociais. Rompem com a lógica do “templo do saber” distante e elitizado (UNESCO, 1972), inaugurando espaços de escuta, participação e transformação, nos quais a memória coletiva é reconhecida como pilar para o fortalecimento da identidade e da cidadania (HALBWACHS, 1990).

Mais do que correntes teóricas, a museologia social e a comunitária configuram práticas políticas, éticas e afetivas que ressignificam o papel do museu, transformando-o em um agente de desenvolvimento e justiça social. Como destaca Chagas (2014), “a museologia social é aquela que se faz com a participação efetiva das pessoas, das comunidades, dos grupos e dos movimentos sociais”, rompendo com práticas centradas apenas na conservação técnica para

apostar na construção compartilhada de sentidos e memórias. Nesse mesmo sentido, Pereira (2019) afirma que a museologia comunitária tem “raízes fincadas no território e nas experiências afetivas de quem o habita”, garantindo protagonismo à comunidade desde a concepção até a curadoria.

Inspiradas em princípios como o diálogo, a participação ativa e o respeito aos saberes locais, em sintonia com as ideias de Paulo Freire sobre educação libertadora e emancipação dos sujeitos historicamente marginalizados (FREIRE, 1970; 1994), essas abordagens colocam as comunidades como protagonistas da construção e interpretação de suas próprias histórias.

No contexto amazônico, onde a diversidade cultural é acompanhada por desafios históricos de invisibilidade e marginalização (SILVA; FIGUEIREDO, 2014), essa virada paradigmática ganha força e urgência. É nesse cenário que se insere o trabalho do Movimento República de Emaús (MRE), criado em 1970 pelo padre Bruno Sechi, com o objetivo de transformar a vida de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Mais do que preservar imagens ou objetos, a atuação do MRE, é um exercício contínuo de construção de memória como prática de resistência, reconhecimento e transformação social (PEREIRA, 2020; LUCENA, 2020).

No bairro do Bengui, em Belém do Pará, o movimento se enraizou como parte viva da comunidade. Mais do que desenvolver projetos, o MRE escuta, acolhe e caminha junto. Suas ações educativas, culturais e de formação profissional não nascem de fora para dentro, mas brotam do encontro com as histórias, os sonhos e os desafios de quem faz parte ou colabora com o movimento. Tudo isso sustentado por uma prática cotidiana de escuta, respeito e diálogo.

Partindo da experiência de estágio vivida dentro do MRE, especialmente no projeto Memória Cultural da Infância na Amazônia_Movimento República Emaús, o foco foi a documentação, digitalização e conservação do acervo fotográfico da instituição um conjunto de imagens que não guarda apenas momentos, mas memórias afetivas, rostos, gestos, sorrisos e lutas. Um patrimônio vivo, entrelaçado por histórias que merecem ser contadas, lembradas e preservadas com o carinho e o respeito que cada uma carrega em si. Histórias que não apenas compõem o passado, mas que continuam pulsando no presente e apontam caminhos para o futuro.

Este trabalho parte do reconhecimento da memória como um pilar fundamental para fortalecer o sentimento de pertencimento, valorizar trajetórias individuais e coletivas, e impulsionar transformações sociais. As oficinas realizadas com educadores e estudantes da Escola de Emaús foram verdadeiros encontros de saberes, espaços ricos de troca, onde o conhecimento técnico encontrou eco nas experiências e vivências dos participantes. Esse diálogo profundo não só ampliou a compreensão sobre o acervo, como também fortaleceu os laços com a história local e reforçou a identidade da comunidade que ali se reconhece.

Sendo assim, apresenta não apenas o processo de documentação do acervo fotográfico, mas também as metodologias aplicadas, os principais desafios enfrentados e as contribuições do

projeto para o desenvolvimento de uma museologia mais conectada com as realidades locais, sensível às experiências da Amazônia e comprometida com sua diversidade sociocultural.

2. Fundamentação Teórica

A essência do projeto encontra-se na interseção entre o pensamento de Paulo Freire e a prática cotidiana do padre Bruno Sechi, fundador do Movimento República de Emaús (MRE). Ambos, cada um a seu modo, materializaram valores que hoje reconhecemos como centrais na museologia social: acolher, ouvir, caminhar junto, valorizar histórias e construir respostas a partir das necessidades reais da comunidade.

Paulo Freire (1970; 1994) propôs uma educação libertadora baseada no diálogo e na escuta, na qual o saber emerge da experiência e do encontro entre sujeitos. Sua ideia de que “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão” (FREIRE, 1970, p. 47) traduz o espírito participativo que sustenta a museologia social, definida por Chagas (2014) como aquela que “se faz com a participação efetiva das pessoas, das comunidades, dos grupos e dos movimentos sociais”.

O padre Bruno Sechi incorporou essas mesmas diretrizes na prática: caminhou lado a lado com as crianças e adolescentes, ouviu suas histórias, reconheceu seus saberes e construiu, junto com elas e suas famílias, respostas concretas às demandas locais. Ainda que sem recorrer à nomenclatura museológica, sua atuação constituiu uma prática viva de museologia social e comunitária, profundamente enraizada no território e nas relações humanas.

Durante muito tempo, os museus seguiram um modelo clássico, centrado na conservação e na valorização de uma cultura elitista. Era um formato que distanciava o público, tornando o museu um ambiente onde muitos não se viam representados, onde as histórias contadas pertenciam a poucos, e os saberes de muitos ficavam de fora. A museologia social vem romper com esse paradigma. Ela propõe um museu aberto, acolhedor e inclusivo, um espaço que se envolve com as questões sociais do presente e onde diferentes memórias, vozes e identidades não apenas cabem, mas são celebradas coletivamente (Chagas et al., 2018; Pereira, 2019).

Essa forma de pensar também se entrelaça com a ideia de memória coletiva, proposta pelo sociólogo Maurice Halbwachs. Em sua obra *A Memória Coletiva*, ele mostra que ninguém lembra sozinho e que nossas lembranças individuais ganham forma e sentido dentro de um grupo. São os laços sociais que moldam o jeito como lembramos do passado. Assim, preservar a memória é, ao mesmo tempo, cuidar das relações, reconhecer trajetórias e fortalecer vínculos que ajudam a construir quem somos. Para o autor: "É na sociedade que o homem normalmente adquire suas lembranças. É também na sociedade que ele as rememora, reconhece e localiza" (HALBWACHS, 1990 p. 38). Dessa forma, a memória coletiva é fundamental para a construção da identidade social dos grupos, pois oferece uma narrativa compartilhada que fortalece vínculos e legitima experiências.

Paulo Freire ainda nos lembra que aprender começa quando conseguimos “ler o mundo” antes mesmo de “ler as palavras”. Essa ideia está bem viva no trabalho do Movimento República de Emaús (MRE), que valoriza as imagens e as histórias de vida como ponto de partida para refletir, construir identidade e agir para melhorar a vida das pessoas. No estágio feito lá, a organização e o cuidado com o acervo fotográfico, junto com oficinas para conservar essas memórias e até produzir podcasts, mostram essa forma de aprender que envolve todo mundo, ajuda a fortalecer a memória coletiva e permite que as pessoas se reconheçam e se valorizem (Freire, 1994; Lucena, 2020).

Essa visão está em consonância com a Mesa Redonda de Santiago do Chile (1972), quando a UNESCO propôs que os museus fossem centros de educação permanente, conectados às necessidades e contextos das comunidades locais. Essa proposta rompe com o modelo do museu como um “templo do saber” distante, aproximando-se da ideia de museu que escuta, acolhe, educa e transforma e refletindo o pensamento freiriano. A declaração de Santiago afirma que “o museu deve estar a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento” (UNESCO, 1972), antecipando as noções atuais de museus comunitários e Pontos de Memória.

Ao reconhecer crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e memória, o projeto do futuro Museu da Infância e Adolescência na Amazônia aplica o que Freire chamou de pedagogia do oprimido. Ele oferece às juventudes frequentemente invisibilizadas a oportunidade de contar suas histórias, recuperar suas imagens e ocupar espaços simbólicos na construção da sociedade. Essa perspectiva se manifesta tanto no acervo fotográfico quanto na proposta de sua acessibilidade digital e curadoria compartilhada.

Durante as oficinas com educadores e estudantes, adotou-se uma metodologia horizontal e dialógica, incentivando o reconhecimento da memória institucional como patrimônio coletivo, capaz de fortalecer a identidade comunitária e a cidadania. O acervo fotográfico, portanto, não é apenas um arquivo, mas uma ferramenta pedagógica que facilita a reflexão crítica sobre a história local e a vivência dos sujeitos (Santos, 2014).

Freire também aponta, em “Extensão ou Comunicação?” (1971), que o diálogo deve ser o motor da transformação. “O diálogo é o encontro amoroso dos homens que, mediatizados pelo mundo, o ‘pronunciam’, isto é, o transformam.” (FREIRE, 1971, p. 45). Isso reforça o caráter educativo das ações museológicas participativas.

A Declaração de Quebec (1984) reforça esse olhar ao afirmar que os museus devem ser “locais de apropriação coletiva do saber e de ação sobre o mundo”. Na prática, isso quer dizer que o museu é muito mais do que um lugar onde se guardam e mostram objetos. Ele é um espaço vivo, cheio de gente, de histórias e de transformação. É um lugar que vai se fazendo junto com as pessoas e para as pessoas. Ao preservar e compartilhar as histórias da infância e adolescência na Amazônia, o MRE ajuda a manter memórias que poderiam se perder com o tempo. Dando visibilidade a histórias que, por vezes, são deixadas de lado ou esquecidas, ajudando a criar um

futuro mais justo. Um futuro em que essas vivências não são apenas lembradas, mas reconhecidas e respeitadas, com a dignidade que merecem.

Sendo assim, a escolha de trabalhar com a documentação fotográfica tem muito a ver com o valor que a fotografia tem para guardar nossa memória coletiva. Conforme Pereira (2019) explica, as fotos conseguem contar momentos históricos, culturais e sociais de um jeito muito direto e visual e às vezes, até mais forte que as palavras. Isso está muito alinhado com a museologia social, que defende que preservar a memória deve ser um processo que toda a comunidade entende e participa, construindo juntos histórias e memórias que realmente fazem sentido para as pessoas.

Na organização do acervo fotográfico, o cuidado foi além de só guardar as imagens e com o objetivo também foi garantir que elas fiquem protegidas e acessíveis para as futuras gerações. Por isso, o trabalho envolveu uma catalogação detalhada: as fotos foram organizadas, digitalizadas e acompanhadas do máximo possível de informações sobre quem aparece nelas, onde e quando foram registradas. Isso ajuda a entender melhor cada registro e a valorizar cada história por trás da imagem.

Catalogar as fotos não é só um trabalho técnico. Como Pereira (2020) lembra, é uma tarefa que exige olhar atento e sensível para o contexto histórico e social de cada imagem. Por isso, todo o processo foi feito com muito cuidado e com ajuda dos funcionários da instituição, como as educadoras Ana Lucia Barreira, Ana Maria Nogueira de Souza, Naraguassu Pureza da Costa e Georgina Cordeiro (coordenadora geral do movimento). A participação deles foi fundamental para que esse trabalho não fosse apenas uma tarefa mecânica, mas um momento de reconhecimento e valorização do patrimônio cultural que está guardado ali.

O primeiro passo do projeto foi organizar e catalogar o acervo fotográfico. Cada foto foi cuidadosamente separada e identificada com informações como data, evento, pessoas e lugar. Para isso, preenchemos fichas detalhadas que ajudam a contar as histórias que estão por trás de cada imagem. Esse trabalho se encaixa no que a museologia social valoriza: envolver a comunidade para preservar e dar sentido ao patrimônio cultural (Silva, 2019).

O próximo passo foi digitalização das fotos, sendo uma etapa para garantir que essas imagens fiquem protegidas e possam ser acessadas no futuro. Usamos scanners para captar cada detalhe, com muito cuidado para preservar as características originais. Como explica Lucena (2020), digitalizar não é só fazer uma cópia; é um processo delicado que respeita o valor único de cada fotografia.

Houve desafios pelo caminho, várias fotos estavam desgastadas pelo tempo e pelas condições de armazenamento, o que dificultou o processo. Além disso, no começo tivemos que improvisar e usar câmeras de celular para digitalizar as imagens, já que o scanner só chegou depois. Mesmo assim, esse esforço ajudou a garantir que a memória registrada ali não se perca.

3. Papel dos Museus na Preservação da Memória Coletiva

No Projeto “Memória Cultural da Infância na Amazônia_Movimento República Emaús”, as fotografias guardadas pelo Movimento República de Emaús têm um papel muito especial. Elas são mais do que simples imagens, são registros vivos das memórias e das histórias de vida das crianças e adolescentes que passaram por lá. A fotografia, por ser um documento visual, tem essa força única: ela emociona, fala direto ao coração, e consegue carregar, de forma imediata, tanto sentimentos quanto aspectos da cultura de um povo.

Quando falamos de museus dentro de contextos comunitários, como explica Pereira (2020), estamos falando de algo construído junto com as pessoas. É uma prática que valoriza a escuta, a participação ativa da comunidade em cada etapa, desde a criação até o cuidado com o que se decide preservar. E isso significa dar espaço para as vozes locais, para os saberes populares, permitindo que cada um conte sua própria história. A museologia comunitária vai além de guardar objetos: ela resgata práticas, tradições e conhecimentos que correm o risco de se perder, e que merecem continuar vivos.

No caso do MRE, a ideia de criar um Museu da Infância e Adolescência na Amazônia está profundamente conectada a tudo isso. Mesmo que ainda esteja no papel, o que já vem sendo feito com o acervo fotográfico mostra bem essa intenção. Ao chamar os funcionários e os estudantes da Escola de Emaús para participarem das ações de registro e preservação, o projeto começa a tecer uma rede de cuidado e afeto em torno da memória do movimento e garantindo que ela não só seja mantida, mas também compartilhada com dignidade pelas gerações futuras.

4. Contextualização do Projeto

Esse projeto de extensão foi coordenado pela Professora Doutora Inês Antônia Santos Ribeiro e pelo Professor Mestre Luiz Tadeu da Costa teve seu início no ano de 2022 com término no ano de 2024, com objetivo de registrar e documentar a memória cultural de ex-meninos e meninas de rua que se encontravam em situação de vulnerabilidade social, particularmente as que frequentaram o Restaurante do Pequeno Vendedor, e as ruas da cidade de Belém que o Movimento República de Emaús atendia, assim como possibilitar aos alunos da graduação em Museologia, inseridos no projeto, a familiaridade e reflexão sobre métodos, técnicas e materiais de ensino em espaços educativos formais e não formais com abordagem de temas ligados aos direitos humanos, especialmente: Arte, Cultura, direitos de crianças e adolescentes. O referido projeto foi financiado pela emenda parlamentar da ex-Deputada Federal Vivi Reis, atualmente Vereadora de Belém do Pará.

Vale destacar que esse Projeto concorreu e foi contemplado com o Prêmio PROEX 2022. As ações desenvolvidas em um ano por meio do Prêmio PROEX preveem um produto cultural. Sob a coordenação da Professora Doutora Inês Ribeiro foi criado o Espetáculo Bruno, com o objetivo de apresentar a importância da figura do Padre Bruno para essas crianças, pois foi percebido que, posterior a sua morte, elas estavam ali, mas não sabiam quem era ou o que

significava Bruno para aquele lugar que as acolhiam. Para essa construção teatral, conhecida como documentário cênico, foram realizadas oficinas de teatrais envolvendo as crianças atendidas nas oficinas artísticas do MRE, pesquisas bibliográficas e documentais sobre o Padre para mostrar as crianças quem era essa pessoa, utilizando, também as fotografias do acervo para mostrar que as ações contadas foram registradas, mostrando a importância do fundador do movimento. Por meio de ações para o Espetáculo Bruno foi evidenciada a ponte que unia a coordenação do Projeto, professora Inês e professor Tadeu, oriundos respectivamente, do curso de Licenciatura em Teatro e do curso de Bacharelado em Museologia.

O público-alvo desse projeto não se limita apenas aos indivíduos que possuem uma ligação afetiva com os objetos preservados, mas se estende a outros grupos sociais, o que amplia o acesso ao acervo e valoriza a diversidade cultural da região amazônica. Além disso, a iniciativa fomenta a conscientização sobre a importância da conservação preventiva dos bens culturais e o papel da documentação museológica na preservação da história local.

Outro ponto relevante é que o projeto permitiu que fossem colocados em prática os conhecimentos adquiridos durante o curso, reforçando a conexão entre teoria e prática (Rodrigues; Costa; Prata; Batalha; Passos, 2013). Onde a relação dialógica estabelecida com a comunidade não apenas enriquece a formação dos discentes, como também fortalece o papel da universidade como agente de transformação social.

Bem como, o projeto tem um potencial de impacto significativo para a sociedade, na medida em que possibilita o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à preservação do patrimônio cultural e à educação. A disseminação das informações obtidas a partir dessas pesquisas também contribui para a construção de um maior entendimento sobre a história e a cultura da infância e adolescência na Amazônia, beneficiando toda a sociedade.

As atividades desenvolvidas envolveram ações como: Exposições, produção de envelopes com papel vegetal acid free, acondicionamento de fotografias, digitalização, catalogação, pesquisas e fichamentos sobre temáticas envolvendo a museologia, cultura, história social, entre outros. Além de participações como ajudante e ouvinte em oficinas ministradas por profissionais de diversas áreas, tais como museologia, fotografia, dentre outros. Foram contabilizadas quatro oficinas, sendo estas:

- Oficina de Acondicionamento de Acervos:

A oficina foi ministrada pela museóloga Pollyana Kato nos dias 20 e 21 de novembro de 2023, realizada de forma presencial. A atividade teve como foco a conservação preventiva de acervos fotográficos, abordando práticas fundamentais para garantir a preservação desses materiais ao longo do tempo.

Durante os encontros, os participantes foram orientados sobre técnicas de limpeza mecânica e tiveram a oportunidade de confeccionar e conhecer diferentes modelos de envelopes adequados para o armazenamento de fotografias. O processo combinou teoria e prática, permitindo compreender não apenas a importância desses cuidados, mas também como aplicá-los no cotidiano da gestão de acervos.

Imagem 1 a 4: Oficina de Acondicionamento de Acervos - Museóloga Pollyana Kato.



Fonte: Acervo Pessoal, 2023.

- Oficina Fluxos de Imagem: Organização e Gestão de Arquivo de Imagem:

A oficina foi conduzida pelo fotógrafo e educador Miguel Chikaoka nos dias 21, 22, 23 e 30 de agosto, além de 1º de setembro, em formato híbrido, com encontros presenciais e online realizados de forma alternada. O objetivo principal foi oferecer aos profissionais do Movimento República de Emaús (MRE) não apenas conhecimentos técnicos sobre tratamento digital e organização de arquivos visuais, mas também ferramentas para o uso mais consciente e criativo das mídias digitais em suas futuras atividades.

Durante o processo formativo, foi utilizado o programa Darktable, software livre voltado para tratamento e gestão de imagens digitais, o que possibilitou aos participantes conhecerem alternativas acessíveis e eficazes para o trabalho com acervos visuais. Mais do que um espaço de capacitação técnica, a oficina se consolidou como um momento de trocas significativas, em que os participantes puderam discutir desafios, experimentar novas abordagens e refletir sobre o papel das mídias digitais na comunicação e no fortalecimento das ações sociais e educativas desenvolvidas pelo MRE.

Imagens 5 a 8 - Oficina Fluxos de imagens com Miguel Chikaoka - Híbrido.



Fonte: Acervo Pessoal, 2023.

- Oficina de Orientações de uso de Scanner:

Também ministrado pelo fotógrafo Miguel Chikaoka, no dia 19 de dezembro de 2023 essa oficina teve como objetivo orientar o uso de um scanner doado para o Movimento República de Emaús (MRE), focando na digitalização de documentos e fotografias. Durante a atividade, os participantes aprenderam as configurações ideais do equipamento e as técnicas necessárias para garantir a qualidade e a integridade das imagens digitalizadas, garantindo a preservação digital dos itens do acervo.

- Oficina de Podcast:

A atividade foi ministrada por Adelaide Oliveira e Ana Paula Andrade no dia 4 de março de 2024, realizada de forma presencial. O encontro teve como objetivo introduzir os participantes ao universo da produção de podcasts, oferecendo tanto uma primeira experiência prática quanto reflexões sobre como essa ferramenta pode contribuir para a divulgação das ações do Movimento República de Emaús (MRE) e para o fortalecimento do diálogo com diferentes públicos.

Durante a oficina, os participantes tiveram contato com as etapas fundamentais da criação de um podcast, desde a elaboração de roteiros até técnicas básicas de gravação e edição de áudio, visando alcançar melhores resultados na qualidade final das produções. Para além disso, no dia 5 de junho de 2025, um documentário sobre a Grande Coleta saiu como resultado, e orientação das ministrantes.

A oficina destacou o potencial do podcast como meio de comunicação acessível e dinâmico, capaz de ampliar o alcance das iniciativas do MRE e atrair novos públicos para conhecer e se engajar em suas atividades.

Imagem 9 a 12 - Oficina de PodCast com Adelaide Oliveira e Ana Paula Andrade





Fonte: Acervo pessoal, 2024.

Além das ações voltadas à documentação, digitalização e acondicionamento do acervo fotográfico, o projeto também envolveu a montagem e mediação de exposições em diferentes espaços culturais e educativos. As fotografias expostas foram selecionadas pelos coordenadores do projeto, a Professora Doutora Inês Antônia Santos Ribeiro e o Professor Mestre Luiz Tadeu da Costa, que buscaram construir uma narrativa visual representativa da trajetória do Movimento República de Emaús, sendo:

- Exposição na Usina da Paz do bairro Benguí:

Uma das exposições também ocorreu na Usina da Paz do Benguí, espaço que leva o nome em homenagem ao Padre Bruno. Realizada durante a Semana Padre Bruno, a mostra destacou a trajetória e a memória do fundador do Movimento República de Emaús. A montagem e a mediação contaram com a participação da bolsista anterior, Aimée de Oliveira Fonseca, que colaborou ativamente na montagem do material exposto e na mediação do público visitante.

Imagem 13 e 14:



Fonte: Acervo do Professor Mestre Luiz Tadeu da Costa, 2023

- Exposição na Escola Marechal Cordeiro de Farias:

A exposição ocorreu durante a preparação dos voluntários para a grande coleta do Emaús, na Escola Marechal Cordeiro de Farias, localizada em Belém, na Almirante Barroso, N° 3109. Essa atividade é importante para o movimento pois é o período ao qual se recebe várias

doações de materiais diversificados e com o intuito de aproveitar o fluxo de pessoas envolvidas nessa ação, a exposição foi organizada e apresentada no dia 08 de setembro de 2023, com duração de um dia.

A exposição foi montada utilizando um varal, onde as amostras fotográficas foram fixadas de forma sequencial para contar a história do movimento desde sua fundação como República do Pequeno Vendedor, passando pela Grande Coleta e demais ações realizadas ao longo do tempo.

- **Exposição na Praça da República:**

A exposição foi realizada em celebração ao aniversário do Movimento República de Emaús (MRE) no dia 15 de outubro de 2023, um domingo, em uma importante praça da capital paraense, a Praça da República. Aproveitando o intenso fluxo de pessoas atraídas pelas programações culturais, a mostra foi elaborada para marcar a ocasião. A exposição foi montada também em formato de varal, mantendo a estética e padrão da exposição anterior, com as fotografias dispostas de forma sequencial para contar a história do Movimento República de Emaús.

Imagem 15 e 16



Fonte: Acervo do Professor Mestre Luiz Tadeu da Costa, 2023.

- **Exposição “Memorial Padre Bruno Sechi: A caminho de Emaús”:**

A exposição foi montada para a celebração da IV Semana Padre Bruno Sechi no Espaço São José Liberto, ocorrido nos dias 18 e 19 de maio de 2024. Devido à 22ª Semana de Museus, a mostra foi estendida até o dia 26 do mesmo mês visando atingir o máximo de público possível. É importante ressaltar a presença dos estudantes de várias turmas da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Cidade de Emaús durante a exposição bem como das pessoas que estavam percorrendo aquele espaço.

Imagem 17 e 20



Fonte: Acervo pessoal, 2024

- **Exposição na Semana do 76ª SBPC:**

A mostra de fotografia foi apresentada na 76ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, na Tenda Cultural. O público incluía pessoas que circulavam pelo evento, além dos estudantes da EEEFM Cidade de Emaús. A exposição foi montada em um painel e contou com 27 imagens, permanecendo em exibição durante todo o evento, de 7 a 13 de julho.

Imagem 21 e 22



Fonte: Acervo Pessoal, 2024

5. O Movimento República de Emaús:

O Movimento República de Emaús (MRE) nasceu em Belém do Pará, na década de 1970, em um contexto de forte desigualdade social, marcado pela ausência de políticas públicas efetivas para crianças e adolescentes em situação de rua. Seu ponto de partida foi a percepção crítica sobre a realidade das crianças que trabalhavam no Ver-o-Peso, maior mercado público da cidade e um dos mais tradicionais da Amazônia. Essas crianças, expostas diariamente a exploração econômica, violência física e psicológica, consumo e tráfico de drogas, e estigmatização social, viviam à margem de qualquer garantia de direitos.

A resposta inicial do MRE foi direta e humana: criar um espaço de proteção e convivência. Assim, surgiu o Restaurante do Pequeno Vendedor, um local onde os meninos e meninas podiam se alimentar, brincar e receber atenção de educadores. Mais do que prover alimento, esse espaço era pensado para escutar e valorizar as experiências que essas crianças traziam de sua vivência nas ruas, transformando a escuta em ferramenta pedagógica.

Essa iniciativa deu origem à República do Pequeno Vendedor, núcleo originário do MRE, e foi o embrião de uma proposta inovadora no Brasil: a educação de rua. Diferente de ações assistencialistas, essa metodologia se constrói na convivência e no reconhecimento da criança como sujeito ativo no processo de aprendizagem e transformação social.

Com o passar dos anos, o MRE se organizou em quatro frentes de trabalho permanentes e um centro de formação profissional:

República do Pequeno Vendedor - onde tudo começou, com foco em educação de rua, arte-educação e resgate social;

Campanha de Emaús - iniciativa de inserção social e arrecadação de recursos, por meio da Grande Coleta, que desde 1972 mobiliza centenas de voluntários para recolher materiais usados, reformá-los e vendê-los a preços acessíveis, gerando recursos e oportunidades de capacitação profissional;

Cidade de Emaús - inicialmente concebida como espaço para abrigar famílias sem moradia, mas que ao longo do tempo se transformou em um centro de atividades educativas, culturais e comunitárias;

Cedeca-Emaús (Centro de Defesa da Criança e do Adolescente) - criado em 1983, pioneiro no Brasil, com a missão de oferecer assistência jurídica gratuita e qualificada a crianças e adolescentes vítimas de violência ou com direitos ameaçados.

Centro de Promoção ao Trabalho (CPT) - iniciativa que oferece cursos profissionalizantes de embelezamento e estética, serigrafia, reciclagem, informática (inclusão digital), entre outros.

No ano de 2005 uma parte das instalações do MRE no Jurunas enfrentava sérios problemas de infraestrutura e com alagamentos. Paralelamente, o cenário no Ver-o-Peso começou a se transformar, com a criação de órgãos municipais e estaduais de proteção à infância. Padre Bruno e a equipe do MRE perceberam que, para manter a efetividade de sua missão, seria preciso ampliar o território de atuação. A escolha recaiu sobre o Benguí, bairro periférico e que apresentava um certo nível de vulnerabilidade social, o movimento encontrou uma realidade marcada por desemprego, precariedade habitacional e alto risco de recrutamento por redes de criminalidade. A presença do MRE nesse território ampliou seu alcance e adaptou suas ações às novas demandas, reforçando a articulação comunitária (Antônio Carlos Jesus dos Santos, comunicação pessoal em 14/08/2025).

No novo espaço foi construída uma grande área de recreação com salão de danças, banheiros, campo de futebol, um restaurante, dois galpões para armazenar as doações e um novo centro de profissionalização,

Padre Bruno Sechi, fundador do movimento, inspirava-se na Teologia da Libertação, na pedagogia social e na opção preferencial pelos pobres. Sua visão era radical para a época: crianças e adolescentes pobres não eram “menores em situação irregular”, mas sim sujeitos plenos de direitos, cuja dignidade e cidadania precisavam ser reconhecidas e defendidas.

A partir dessa convicção, o MRE passou a articular-se com movimentos sociais nacionais e internacionais. Entre 1985 e 1988, Padre Bruno coordenou o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, participando ativamente da mobilização que influenciou a Constituição Federal de 1988 e, em seguida, da elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sancionado em 1990. Seu trabalho foi reconhecido nacionalmente, e ele é lembrado como um dos principais articuladores do ECA, especialmente pela contribuição vinda da realidade amazônica.

Hoje, o Movimento República de Emaús está integrado a redes e fóruns estratégicos como:

Anced (Associação Nacional dos Centros de Defesa); ABONG (Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais); CEDCA (Conselho Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente); CONSEP (Conselho Estadual de Segurança Pública).

Sua atuação vai além da proteção imediata: envolve formação profissional, arte-educação, defesa jurídica, protagonismo juvenil e articulação política. Atende mais de 2 mil crianças, adolescentes e famílias na região metropolitana de Belém, sendo, desde sua criação, uma Organização Não Governamental, sem fins lucrativos e que mantém todas as suas atividades a partir de doações de empresas, entidades financiadoras e contribuições individuais,

O acervo fotográfico do Movimento República de Emaús é uma das principais fontes documentais que refletem a trajetória da instituição e o impacto de suas ações nas vidas dos jovens e das famílias envolvidas. Essas imagens não são apenas registros fotográficos; elas são testemunhos visuais de momentos significativos, de encontros, de festas, de atividades educacionais e culturais que marcaram a história do movimento. A preservação desse acervo é essencial para garantir que essas memórias não se percam com o tempo e para possibilitar futuras pesquisas sobre a história da região e dos grupos sociais que dela fazem parte.

Além disso, as fotografias têm o potencial de criar uma conexão emocional entre as pessoas e a história do movimento, funcionando como pontes entre o passado e o presente. Segundo Lucena (2020), a fotografia é um dos documentos mais poderosos para a construção da memória histórica, pois ela proporciona uma relação imediata com o tempo e com o espaço representado.

6. A Fotografia como Registro de Memória: Origem, Usos e Importância no Movimento República de Emaús

Desde que foi inventada no século XIX, a fotografia transformou-se num dos meios mais valiosos para registrar e preservar a memória humana. Ao capturar com fidelidade visual um instante da realidade, ela vai além do simples registro documental, assumindo o papel de memória visual coletiva e essencial para construir a identidade e a história de comunidades e instituições. Como destaca a Vasquez (2016), a imagem fotográfica deve ser vista não só como documento, mas também como ponto de partida para interpretações, reflexões e ações sobre a história e a cultura.

Museus e arquivos recorrem amplamente à fotografia como forma de preservar e comunicar o passado, já que ela consegue representar contextos históricos, sociais e afetivos com grande força simbólica. Para Caterina Salvi (2017), a fotografia científica desempenha um papel fundamental na documentação e interpretação das coleções. Ela é, ao mesmo tempo, uma ferramenta de pesquisa e um meio de partilhar a memória institucional: “as imagens constituem suporte técnico de observação, mas também artefato de memória e experiência vivida”.

Quando falamos de museologia social e comunitária, a fotografia ganha ainda mais significado. Ela torna-se um instrumento poderoso de valorização da identidade e da aprendizagem. Segundo Pereira (2019), a imagem fotográfica permite que as comunidades se vejam representadas nas narrativas visuais e participem ativamente na construção da sua própria memória histórica. É exatamente isso que se observa no trabalho do Movimento República de

Emaús (MRE), cuja história, e com mais de cinquenta anos, está retratada em fotografias que mostram as vivências de crianças, jovens, educadores e voluntários.

As imagens do acervo do MRE são muito mais do que documentos institucionais. Elas são testemunhos vivos de encontros, lutas, festas, aprendizagens e afetos. Representam uma memória partilhada, construída com base no envolvimento da comunidade e no compromisso social. Ao convidar a comunidade escolar e os colaboradores a participar na escolha e identificação das imagens, o projeto promove não só a preservação técnica, mas também o reconhecimento simbólico das histórias e das pessoas retratadas. Como bem referem Mesquita et al. (2020), quando olhamos para a fotografia como documento museológico, é essencial considerar a sua função original, o percurso que percorreu e o modo como é apropriada no presente.

Dentro do projeto, a fotografia encontra-se em três dimensões complementares. Em primeiro lugar, apresenta-se como documento, na medida em que registra e valida os objetos, acontecimentos e memórias do acervo. Em segundo lugar, assume o papel de acervo em si, uma vez que as próprias imagens constituem o patrimônio documental do Movimento República de Emaús, cobrindo mais de cinquenta anos de história e experiências coletivas. Por fim, a fotografia atua como instrumento de comunicação, pois carrega a capacidade de transmitir informações de maneira direta e sensível, além de possibilitar a realização de mostras e exposições fotográficas que ampliam o diálogo entre a instituição e a comunidade.

A conservação preventiva foi um dos pilares do projeto, sendo uma preocupação constante durante todas as etapas de manuseio do acervo fotográfico. O acondicionamento adequado das imagens foi realizado com materiais adequados, como envelopes de papel neutro, que garantem a proteção das fotografias contra agentes externos, como poeira, luz excessiva e variações de temperatura e umidade.

Segundo Chagas et al. (2018), a conservação preventiva é uma das abordagens mais eficazes para garantir a longevidade do patrimônio fotográfico, pois evita a deterioração irreparável das imagens e assegura que elas possam ser consultadas e utilizadas no futuro, sem que haja risco de perda de informações. Dessa forma, o projeto seguiu as melhores práticas de conservação para preservar o acervo fotográfico de maneira sustentável.

Durante o desenvolvimento do projeto, diversos desafios surgiram, tanto no aspecto técnico quanto no aspecto social e cultural. O primeiro desafio enfrentado foi a condição das fotografias originais. Muitas das imagens estavam em estados diversos de deterioração, o que exigiu um cuidado redobrado no manuseio. Além disso, o processo de digitalização teve que ser realizado de maneira extremamente cuidadosa, para garantir que as imagens fossem preservadas sem comprometer a qualidade do material original.

A questão do armazenamento também se mostrou desafiadora, uma vez que o acervo estava disperso em diferentes caixas de material inadequado, em condições de armazenamento

variadas. Para isso, foi necessário adotar uma estratégia de acondicionamento adequada, realizando a compra dos equipamentos e materiais adequados, como pastas de papel neutro e caixas apropriadas, como mencionado por Chagas et al. (2018). Tais práticas garantiriam que as fotografias fossem protegidas contra fatores de deterioração como umidade, poeira e variações de temperatura.

A falta de entrevistas diretas e de um envolvimento mais profundo da comunidade impediu uma abordagem mais participativa e inclusiva na construção do acervo, como defende Leite (2020), ao afirmar que a museologia social deve ser orientada por práticas que incluam a participação ativa dos sujeitos na produção e na interpretação da memória. Isso representou uma lacuna importante no projeto, que pode ser superada com o tempo e o desenvolvimento de outras etapas que permitissem maior envolvimento comunitário.

7. A Museologia Social como Prática Comunitária

A museologia social se apresenta como uma prática que valoriza as memórias coletivas, incentiva a participação ativa das pessoas e aposta na construção conjunta dos processos de preservação e compartilhamento do patrimônio. Como destaca Chagas (2014), “a museologia social é aquela que se faz com a participação efetiva das pessoas, das comunidades, dos grupos, dos movimentos sociais”. Essa ideia fica clara em experiências em que o acervo é construído diretamente a partir da relação com as pessoas que vivem e constroem a história de uma instituição.

Esse tipo de relação mostra que a museologia social vai além do trabalho técnico de cuidar dos acervos. Ela envolve um compromisso com as histórias de vida, com os saberes locais e com a memória que nasce das experiências da comunidade. Segundo Pereira (2013), “a museologia social, mais do que uma técnica, é uma prática política, ética e social que tem na comunidade o seu principal agente e beneficiário”. No caso do Movimento República de Emaús, isso se reflete no entendimento das fotografias não só como documentos, mas como testemunhos vivos das trajetórias, lutas, afetos e conquistas das infâncias e adolescências que fazem parte da instituição.

A construção de uma memória coletiva foi um dos pilares do projeto, pois as fotografias documentam não apenas momentos importantes da história do Movimento República de Emaús, mas também os processos de socialização e vivência da comunidade. A noção de memória coletiva, conforme desenvolvida por Maurice Halbwachs em sua obra “A Memória Coletiva” (1990), diz respeito à forma como os grupos sociais constroem e organizam suas lembranças em comum.

Isso significa que a memória coletiva é essencial para a construção da identidade social, pois oferece uma narrativa compartilhada que reforça os laços de pertencimento e continuidade entre os membros da comunidade.

A identidade cultural, por sua vez, pode ser entendida como o conjunto de valores, símbolos, narrativas e práticas que conferem sentido a um grupo social. Stuart Hall (2006) observa que “a identidade cultural é uma produção, que nunca está completa, sempre em processo, e sempre constituída dentro, e não fora, da representação”. Ou seja, a identidade cultural não é fixa nem essencialista; ela se constrói continuamente pelas experiências coletivas, pela memória e pelas lutas sociais.

No contexto do MRE, o acervo fotográfico atua como suporte simbólico e material dessa identidade cultural, possibilitando que os sujeitos se reconheçam nas imagens, reconectem-se com suas histórias e fortaleçam sua presença social. As oficinas realizadas permitiram que os participantes refletissem criticamente sobre suas trajetórias e o papel do movimento em suas vidas.

Como sugerem Chagas et al. (2018), a construção de identidade coletiva está diretamente relacionada à valorização do patrimônio cultural. As fotografias tornam-se, assim, instrumentos de resistência simbólica e valorização da memória comunitária e como um modo de manter viva a história e inspirar a transformação social.

Apesar das oficinas e do envolvimento de funcionários do movimento e estudantes da Escola de Emaús, a participação das próprias crianças e adolescentes representados nas fotografias foi inexistente. A realização de entrevistas, depoimentos e encontros com as crianças poderia ter aprofundado ainda mais o entendimento sobre a importância das imagens e o impacto das experiências vividas no movimento.

Como afirmam Silva e Figueiredo (2014), a museologia social só ocorre quando há uma interação genuína entre os membros da comunidade e os materiais de patrimônio, permitindo que todos possam compartilhar suas memórias e experiências. A falta dessa interação direta foi, portanto, uma limitação do projeto, que poderia ser corrigida em etapas posteriores, com o envolvimento mais profundo da comunidade na coleta de histórias e na criação de narrativas coletivas.

Futuramente, seria interessante desenvolver uma estratégia que envolvesse diretamente as crianças e adolescentes, permitindo que eles participassem da reconstrução da memória do movimento a partir de suas próprias perspectivas. Isso poderia incluir a realização de oficinas de contação de histórias, a coleta de depoimentos pessoais e a criação de um espaço dedicado à memória infantil e juvenil, em que as vozes desses sujeitos fossem ouvidas e registradas.

O projeto de documentação e preservação do acervo fotográfico do Movimento República de Emaús tem um grande potencial para se expandir e alcançar novos horizontes. Em primeiro lugar, seria importante pensar na criação de um centro de memória ou de um pequeno museu, que pudesse reunir as imagens e outros objetos relacionados ao movimento, e que funcionasse como um ponto de referência para a comunidade e para o público externo. Esse espaço poderia

ser um ponto de encontro para discussões sobre memória e identidade, além de um recurso para a educação patrimonial.

Além disso, o projeto poderia ser ampliado para, posteriormente, incluir outras formas de patrimônio material e imaterial, como músicas, relatos orais e outros documentos relacionados à história do Movimento República de Emaús. Como defendido por Pereira (2020), a museologia social deve abranger tanto o patrimônio material quanto o imaterial, reconhecendo que ambos são igualmente importantes na construção da memória coletiva e da identidade cultural.

A criação de um espaço de memória e um arquivo público acessível também seria uma forma de garantir que as histórias de vida e as trajetórias das crianças e adolescentes continuem sendo reconhecidas e valorizadas, permitindo que futuras gerações possam conhecer e aprender com essas experiências.

8. O Papel da Documentação e o Processo de Reconhecimento Cultural no Projeto

A documentação museológica é uma área fundamental dentro das práticas dos museus. É através dela que se regista e organiza a informação essencial sobre os bens culturais, permitindo compreender e valorizar o seu significado. Esta documentação não se limita ao aspeto físico dos objetos: ela reúne dados históricos, simbólicos e contextuais, ajudando a dar sentido e valor patrimonial a cada peça. Segundo Santos (2014), “documentar é o primeiro passo para a preservação consciente e a comunicação eficaz do acervo, tornando possível a mediação entre o objeto e a sociedade”.

Quando se trata de acervos fotográficos, esse trabalho exige ainda mais cuidado e sensibilidade. As imagens fotográficas carregam uma riqueza técnica e simbólica que precisa ser cuidadosamente interpretada. Como destaca Padilha (2014). Isso significa que, além da ficha técnica (autor, data, suporte, formato), é necessário considerar quem aparece na imagem, o evento retratado, o contexto sociocultural e os significados possíveis atribuídos àquela cena.

O processo de documentação do acervo fotográfico do MRE seguiu esses princípios. As imagens foram identificadas, organizadas e catalogadas com base em fichas museológicas, associadas a arquivos digitais que garantem sua preservação e acesso futuro. O cuidado com a identificação de datas, eventos e pessoas envolvidas foi realizado com apoio dos funcionários e educadores da instituição, o que reforça o caráter participativo e comunitário da documentação, como propõe Pereira (2019), ao afirmar que “a participação da comunidade na produção da documentação é essencial para garantir sua autenticidade e relevância social” (Pereira, 2019, p. 47).

No processo de documentação, foram preenchidas 1.000 fichas catalográficas, cada uma correspondendo diretamente a uma fotografia do acervo. Assim, 1.000 fotografias foram digitalizadas e acondicionadas, garantindo não apenas sua preservação, mas também maior acessibilidade às informações. Esse trabalho contemplou tanto as imagens que se encontravam

em seus álbuns originais quanto aquelas que, anteriormente, haviam sido organizadas em grupos e acondicionadas em envelopes catalográficos pela, na época, bolsista Pollyana Kato. Nesse novo momento, essas fotografias foram novamente analisadas e catalogadas de forma individual, assegurando maior precisão na identificação e detalhamento de cada registro.

É, também, necessário destacar que as fotografias catalogadas, digitalizadas e acondicionadas representam apenas uma pequena parte do vasto acervo fotográfico do Movimento República de Emaús. E uma quantidade ainda maior de registros ainda a serem tratados, o que evidencia tanto a riqueza documental acumulada ao longo de sua trajetória quanto a necessidade de continuidade do trabalho de preservação e catalogação. Essa dimensão reforça a relevância do projeto, que apesar de ter avançado de forma significativa, ainda tem muito a contribuir para tornar acessível a totalidade da memória visual do movimento.

A documentação no projeto "Memória Cultural da Infância na Amazônia_Movimento República Emaús" vai além do simples registro técnico. Ela se torna, na prática, uma ferramenta crucial para o reconhecimento cultural e a afirmação da identidade de um grupo social. Em um contexto de movimentos sociais como o Movimento República de Emaús, onde a luta por reconhecimento e pela dignidade dos jovens e crianças da comunidade é central, a preservação da memória fotográfica e a construção de arquivos digitais representam um processo ativo de afirmação cultural.

A documentação dos acervos fotográficos não se limita a preservar as imagens fisicamente, mas também busca garantir que as memórias representadas por essas imagens sejam reconhecidas dentro do contexto cultural e histórico em que foram geradas. A preservação de fotografias de momentos significativos do Movimento República de Emaús possibilita não apenas a conservação do passado, mas também a sua valorização dentro da trajetória de resistência e transformação social da comunidade. De acordo com Pereira (2020), a valorização de um patrimônio coletivo, em especial quando trata-se de um movimento social, está intimamente ligada à visibilidade que ele adquire na narrativa histórica.

Ao trabalharem no processo de preservação do acervo fotográfico, os envolvidos nas oficinas puderam tomar consciência de como cada foto representava uma história de vida, e como a preservação desses momentos contribuía para a construção de um futuro mais consciente e identitário para a comunidade.

É possível que, em um momento posterior, o projeto se amplie para incluir espaços em que as crianças e adolescentes possam compartilhar suas histórias, trazendo à tona suas experiências, seus sentimentos e suas percepções sobre as imagens que documentam suas vidas. Essa inclusão direta contribuiria para a construção de uma memória mais rica e plural, refletindo não apenas a experiência do movimento, mas também as histórias pessoais e emocionais de seus protagonistas.

O projeto "Memória Cultural da Infância na Amazônia_Movimento República Emaús" tem mostrado, por meio da documentação e preservação do acervo fotográfico do Movimento

República de Emaús, que a memória é um elemento fundamental na construção da identidade de qualquer comunidade. As práticas de museologia social, que buscam integrar as comunidades na preservação do seu próprio patrimônio, são fundamentais para garantir que histórias e experiências significativas não sejam esquecidas, mas sim reconhecidas e valorizadas.

O trabalho realizado no projeto, embora ainda em fase inicial, representa um passo importante para a construção de uma memória coletiva da comunidade do Movimento República de Emaús, e para a criação de um espaço de reflexão e educação patrimonial. O desafio agora é continuar esse trabalho, ampliando a participação da comunidade, incorporando novas vozes e construindo um museu que, mais do que preservar imagens, seja um espaço vivo de memória e empoderamento.

A continuidade e ampliação desse projeto, com a integração da comunidade, o fortalecimento das práticas de preservação e a criação de novos espaços de memória, poderão garantir que as histórias das crianças e adolescentes que fizeram parte do Movimento República de Emaús sejam preservadas e que, no futuro, sirvam como inspiração para outros movimentos sociais e para a sociedade em geral.

9. Reflexões sobre a Museologia Social no Contexto Amazônico

O projeto de documentação do acervo fotográfico do Movimento República de Emaús se insere não apenas na preservação de memórias, mas também em uma reflexão mais ampla sobre o papel da museologia social na Amazônia. Em um contexto como o da região amazônica, onde muitas vezes as vozes das populações locais são silenciadas ou sub-representação, iniciativas como essa têm um papel crucial. Elas não apenas possibilitam que as histórias e as vivências das pessoas sejam reconhecidas e valorizadas, mas também oferecem uma plataforma para que a comunidade se aproprie de sua própria história e, a partir dela, construa uma narrativa coletiva que seja representativa de sua diversidade e complexidade.

A memória social não deve ser entendida como algo fixo ou estático, mas como um processo dinâmico e contínuo, que se constrói a partir das interações sociais e das experiências compartilhadas ao longo do tempo. Nesse sentido, a museologia social assume um papel fundamental como prática de resistência e de afirmação de identidade. Quando se pensa na Amazônia, especialmente nas populações que vivem em áreas periféricas ou marginalizadas, é fundamental que as narrativas que surgem dessas comunidades sejam escutadas e preservadas, criando assim um espaço de reconhecimento e valorização cultural.

As imagens e os objetos documentados no acervo fotográfico do Movimento República de Emaús são testemunhos de histórias vividas, que trazem consigo as marcas das lutas e das experiências cotidianas da infância e adolescência. A sua preservação não é apenas uma questão técnica, mas um ato político, pois ao garantir que essas memórias sejam preservadas e acessíveis, o projeto contribui para que essas histórias deixem de ser invisíveis. Como afirmam

Ana Claudia dos Santos da Silva e Silvio Lima Figueiredo (2014), as relações sociais e políticas de museologia social não podem ser dissociadas do contexto em que elas se inserem, e no caso da Amazônia, isso implica, muitas vezes, em promover a visibilidade de grupos sociais historicamente marginalizados.

Ao refletirmos sobre o papel das imagens e dos acervos fotográficos, é importante considerar que esses objetos não são apenas representações do passado, mas também instrumentos de construção de futuro. O simples ato de preservar e divulgar um acervo fotográfico torna-se, assim, um processo de afirmação de uma história que merece ser contada, de forma a garantir que as futuras gerações possam compreender as raízes e os trajetos das populações amazônicas.

A gestão de acervos, especialmente em regiões como a Amazônia, que enfrentam desafios logísticos, financeiros e infraestruturais, é um dos maiores obstáculos no processo de preservação da memória cultural. A documentação fotográfica, como a que está sendo realizada no projeto “Memória Cultural da Infância na Amazônia_Movimento República Emaús”, exige cuidados específicos e a utilização de técnicas adequadas de conservação. Como Renata Cardozo Padilha (2014) destaca, a gestão de acervos fotográficos é um processo contínuo que envolve não só a catalogação, mas também a conservação preventiva e a digitalização.

No caso da Amazônia, os desafios são amplificados pelas condições ambientais da região, que podem afetar a qualidade dos materiais e documentos. O calor excessivo, a umidade e a falta de infraestrutura adequada para o armazenamento de arquivos são questões que precisam ser consideradas no planejamento de qualquer projeto de preservação. Nesse contexto, a digitalização do acervo fotográfico se torna uma das principais estratégias para garantir a preservação da memória. Isso permite que as imagens e documentos sejam acessados de forma digital, protegendo-os dos riscos físicos e possibilitando sua distribuição e consulta a um público mais amplo.

A utilização de tecnologia para a preservação do patrimônio cultural, como foi feito nas oficinas de digitalização do projeto, também é uma resposta aos desafios de conservação. Germana de Aquino Lucena Soares (2020) enfatiza que a digitalização é uma ferramenta poderosa, não só para preservar acervos, mas também para facilitar o acesso a esses materiais. Isso é especialmente relevante em contextos em que as comunidades locais podem não ter acesso imediato aos recursos necessários para manter seus acervos em condições ideais.

No caso do Movimento República de Emaús, o apoio técnico fornecido pela universidade e pelas oficinas contribuiu significativamente para que as condições de preservação fossem ampliadas. A digitalização das fotografias, além de proteger fisicamente o acervo, também permite que as imagens sejam acessadas remotamente, criando uma forma mais ampla de compartilhamento de memória e história. Isso, por sua vez, reforça o papel do projeto no fortalecimento da identidade cultural local, ampliando o alcance da preservação para além da comunidade imediata.

10. O Papel do Movimento República de Emaús na Formação da Identidade Cultural

O Movimento República de Emaús, ao longo dos anos, tem sido uma instituição fundamental na construção e preservação da memória cultural das crianças e adolescentes na Amazônia. Seu trabalho com a educação e a promoção de direitos, aliado à sua função de preservação e valorização da memória, tem permitido a muitos jovens e suas famílias manterem viva a história de suas infâncias. Ao coletar, preservar e documentar o acervo fotográfico de sua trajetória, o Movimento ajuda a criar uma narrativa visual sobre a vida e as experiências das pessoas que participaram de suas atividades, formando um elo entre o passado e o presente.

De acordo com Pedro Pereira Leite (2020), a museologia social deve ser entendida não apenas como um processo técnico de conservação de objetos, mas como uma prática que envolve a construção de significados e narrativas. Nesse sentido, o Movimento República de Emaús tem atuado como um verdadeiro agente de construção da memória coletiva de uma região, sendo a fotografia um meio eficaz para a preservação dessa memória. As imagens, por sua natureza, carregam uma carga simbólica e emocional imensa, e, quando organizadas de forma sistemática e acessível, podem se transformar em fontes valiosas de reflexão e aprendizado.

No entanto, para que a preservação da memória cultural seja efetiva, é necessário que ela seja integrada ao cotidiano da comunidade. Isso implica que a catalogação e digitalização do acervo não sejam vistas como tarefas pontuais ou técnicas, mas como processos que envolvem ativamente a comunidade. O Movimento, ao realizar as oficinas de digitalização, já iniciou um processo de aproximação entre as pessoas e o patrimônio cultural. O próximo passo seria envolver as novas gerações da comunidade na curadoria, educação e manutenção desse acervo, criando uma rede de cuidados com a memória cultural.

Como observa Ana Claudia dos Santos da Silva (2020), a participação ativa da comunidade na preservação do patrimônio é uma forma de resistência cultural, especialmente em contextos em que as culturas locais estão ameaçadas pela globalização e pela homogeneização cultural. O Movimento República de Emaús, ao envolver os jovens e educadores na catalogação, digitalização e organização do acervo fotográfico, está criando um espaço de resistência que, ao mesmo tempo, preserva e revitaliza as histórias locais.

11. Considerações Finais

O desenvolvimento do Projeto Memória Cultural da Infância na Amazônia_Movimento República Emaús, realizado com o Movimento República de Emaús, representa um marco importante na preservação do patrimônio cultural local e na valorização das experiências de infância e adolescência na região amazônica. O processo de documentação, digitalização e acondicionamento do acervo fotográfico não se limitou apenas à organização e preservação de imagens, mas se configurou como uma iniciativa profunda de resgatar e transmitir uma parte significativa da história da comunidade. Ao lançar luz sobre as memórias dessa fase da vida, o projeto visa não apenas preservar os registros visuais, mas também propiciar uma reflexão mais

ampla sobre os impactos sociais, culturais e educacionais da infância e adolescência na Amazônia.

Durante a realização do projeto, ficou evidente que a documentação fotográfica tem um valor simbólico e educativo imenso. As imagens, que refletem os momentos vividos por crianças e adolescentes, podem ser entendidas como um elo entre o passado e o presente da comunidade, permitindo que as novas gerações se conectem com as histórias de seus antecessores. Este acervo fotográfico não apenas resgata memórias pessoais, mas também contribui para a construção de uma memória coletiva, essencial para o fortalecimento da identidade cultural local.

A digitalização do acervo, como processo técnico e cultural, teve grande importância no âmbito do projeto. A conversão do material fotográfico para formatos digitais garante não apenas a preservação das imagens, mas também aumenta a acessibilidade, ampliando o alcance do acervo para um público maior e permitindo que as informações sejam compartilhadas e consultadas a qualquer momento. Este processo também facilita o armazenamento, reduzindo riscos de deterioração das imagens físicas, e abre espaço para que novas imagens e informações possam ser continuamente agregadas ao acervo. Como Germana de Aquino Lucena Soares (2020) aponta, a documentação digital é uma ferramenta fundamental para preservar a memória cultural, pois permite que o patrimônio seja acessado e apreciado por um público global, além de proporcionar uma forma de proteção das imagens contra danos físicos.

Contudo, a preservação digital vai além de um simples processo técnico. Envolve um compromisso ético e legal, especialmente em relação aos direitos das pessoas representadas nas imagens. A criação de políticas claras sobre o uso e compartilhamento dessas imagens será crucial para garantir que os direitos dos envolvidos sejam respeitados e que o acervo seja utilizado de maneira responsável e consciente.

O desenvolvimento de um projeto museológico sustentável e inclusivo, como um futuro Museu da Infância e Adolescência da Amazônia, depende da construção de uma estratégia de longo prazo que envolva tanto os profissionais da área de museologia quanto a própria comunidade. Embora a participação comunitária tenha sido limitada às oficinas realizadas com funcionários e estudantes da escola de Emaús, a ideia é expandir essa participação, buscando formas de envolver a população local na construção do museu, não apenas como espectadores, mas como coautores de suas histórias. A memória cultural deve ser compreendida como um processo dinâmico e interativo, onde todos os membros da comunidade podem se ver representados e ter a oportunidade de contar suas próprias histórias. Isso exige, como afirmam Isadora Paiva e Fátima Alves (2023), uma abordagem participativa, que não apenas preserve, mas também construa a memória de forma colaborativa e inclusiva.

Nesse sentido, um dos principais desafios do projeto será a ampliação de sua abrangência. O foco inicial no Movimento República de Emaús representa um primeiro passo significativo, mas o potencial de um museu dedicado à infância e adolescência na Amazônia é vasto e pode

englobar uma variedade de outras experiências e manifestações culturais da região. O projeto poderá ser expandido para incluir uma gama mais ampla de representações da infância e adolescência, como os relatos orais, a música, as danças e as manifestações culturais específicas da Amazônia. A ampliação do acervo para incluir essas múltiplas formas de expressão proporcionará uma visão mais rica e diversificada da infância e adolescência na região, contribuindo para um entendimento mais profundo da sociedade local.

A criação de um programa educativo robusto será outro desafio importante, dado o caráter pedagógico e formativo do museu. Para que o museu não se limite a ser um espaço de exposição, é necessário que ele se torne também um centro de aprendizado contínuo, que ofereça atividades educativas que estimulem a reflexão crítica sobre a história local e o papel da infância e adolescência nesse contexto. As oficinas, já realizadas com os alunos da escola de Emaús, são um exemplo disso, e devem se expandir para incluir diferentes faixas etárias e públicos, proporcionando uma experiência educativa que contribua para a formação de cidadãos mais conscientes e engajados com sua cultura e história.

Além disso, a sustentabilidade do projeto depende da criação de uma estrutura administrativa e financeira que permita a continuidade das atividades. Isso inclui não apenas a gestão do acervo e das exposições, mas também a captação de recursos, o estabelecimento de parcerias com outras instituições e a formação de uma equipe qualificada para cuidar do museu e do acervo. A colaboração com outras iniciativas culturais e educacionais será fundamental para garantir que o projeto se mantenha relevante e conectado às necessidades da comunidade.

O projeto também deve ser pensado a partir de uma perspectiva de inovação, aproveitando as novas tecnologias para enriquecer a experiência do visitante e expandir o alcance do acervo. A utilização de tecnologias digitais e plataformas online pode ser um meio eficaz de tornar o acervo acessível a um público global, além de permitir o desenvolvimento de experiências imersivas e interativas que atraiam principalmente os jovens. A criação de um banco de dados digital e de uma plataforma online permitirá que as imagens sejam facilmente acessadas e pesquisadas, além de possibilitar a inclusão de novos registros à medida que o projeto evolui.

Em termos de impacto, a criação de um museu dedicado à infância e adolescência na Amazônia tem o potencial de transformar a percepção sobre a importância da preservação da memória cultural e histórica da região. Ao resgatar e valorizar as experiências de infância e adolescência, o projeto oferece um contraponto às narrativas hegemônicas que muitas vezes negligenciam as realidades locais e as especificidades da cultura amazônica. O museu, ao abordar essas questões de forma inclusiva e participativa, poderá ser um instrumento de fortalecimento da identidade cultural, promovendo o pertencimento e a reflexão crítica sobre os desafios sociais, políticos e educacionais enfrentados pela população local.

O Museu da Infância e Adolescência da Amazônia, portanto, é um projeto de grande relevância não apenas para a preservação do patrimônio cultural da região, mas também para o fortalecimento da identidade coletiva e para a promoção de uma educação crítica e cidadã. O

legado do projeto, materializado na documentação fotográfica e na construção de um museu sustentável e inovador, será um marco na história da memória cultural da Amazônia, contribuindo para a criação de um espaço de aprendizado, reflexão e valorização das experiências de infância e adolescência na região.

Referências

DOS SANTOS, Antônio Carlos Jesus, entrevista concedida a autora no dia 14/08/2025.

CHAGAS, Mário. Museologia Social: reflexões e práticas (à guisa de apresentação). 2014

CHAGAS, M.; PRIMO, J.; STORINO, C.; ASSUNÇÃO, P. (2018). A museologia e a construção de sua dimensão social: olhares e caminhos. Cadernos de Sociomuseologia.

DECLARAÇÃO DE QUEBEC: princípios de base de uma nova museologia. Quebec, 1984.

FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação? 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

HALL, Stuart. Identidade cultural e diáspora. Comunicação & Cultura, n. 1, 2006.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990

LEITE, Pedro Pereira. Museologia social: territórios, comunidades e museus. In: Anais do VII Fórum Nacional de Museus. Porto Alegre: IBRAM, 2016.

LUCENA, Germana de Aquino. Documentação fotográfica no âmbito da gestão integrada da conservação preventiva e da comunicação: proposta metodológica para acervo no Núcleo Museológico Antônio Pedro Vicente. 2020.

MESA-REDONDA DE SANTIAGO DO CHILE, 1972. Mesa Redonda sobre la importancia y el desarrollo de los museos en el mundo contemporáneo. Brasília: IBRAM; Programa Ibermuseus, 2014.

MESQUITA, Claudia Baima; TAVARES, Arthur; SILVA, Larissa Schott Farias da. DOCUMENTAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ACERVOS FOTOGRÁFICOS. In: Anais do 4º Simpósio Científico do ICOMOS Brasil. Anais... Belo Horizonte (MG) Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/simposioicomos2020/244919-DOCUMENTACAO-E-CONSERVACAO-DE-ACERVOS-FOTOGRAFICOS>.

PADILHA, R. C. (2014). Organização de acervo fotográfico histórico: proposta de descrição. InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação.

PADILHA, Renata Cardozo; CAFÉ, Lúcia Maria Arruda. Organização de acervo fotográfico histórico: proposta de descrição. InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação, Ribeirão Preto, Brasil, v. 5, n. 1, 2014. DOI: 10.11606/issn.2178-2075.v5i1p90-111.

PAIVA, . dos S.; ALVES, . Da Museologia social ao inventário participativo: patrimônio, território e desenvolvimento. Cadernos NAUI, [S. l.], v. 8, n. 15, p. 50–67, 2023. Disponível em: <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/naui/article/view/6457>.

PEREIRA, V. C. (2017). A museologia social na prática comunitária: o caso da Casa da Memória Viva de Ceilândia, DF. Mosaico. <https://doi.org/10.12660/rm.v8n12.2017.65909>.

RODRIGUES, Andréia Lilian Lima; COSTA, Carmen Lucia Neves do Amaral; PRATA, Michelle Santana; BATALHA, Taila Beatriz Silva; PASSOS NETO, Irazano de Figueiredo. Contribuições da extensão universitária na sociedade. Caderno de Graduação - Ciências Humanas e Sociais - UNIT - SERGIPE, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 141–148, 2013

SALVI, C. (2017). A Fotografia científica e as coleções vivas: MEMÓRIA E CIÊNCIA. Museologia & Interdisciplinaridade. <https://doi.org/10.26512/museologia.v5i9.17300>.

SANTOS, M. C. T. M. DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA, EDUCAÇÃO E CIDADANIA. Cadernos de Sociomuseologia, v. 3, n. 3.

SILVA, B. M. C. (2019). Museologia social: a relação museu-comunidade a partir de vozes que construíram e constroem o Complexo Cultural e Científico de Peirópolis. Revista de Museologia Social.

VASQUEZ, Pedro Karp. O uso criativo de acervos fotográficos. Centro de Conservação e Preservação Fotográfica da Funarte (Org). – Rio de Janeiro: FUNARTE, 2016.

Santos, M. C. T. M. (1). DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA, EDUCAÇÃO E CIDADANIA. Cadernos De Sociomuseologia, 3(3). Obtido de <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/308>

Apêndice

A- Ficha de Catalogação do Inventario do Movimento República de Emaús

Ficha de Inventário

AREA DE IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO	
1. Tema:	8. Subcategoria:
2. Material:	9. Autor/Fabricante:
3. Técnica:	10. Localização na instituição:
4. Nº de registro:	11. Modo de Aquisição:
5. Data/Período:	12. Ano de Aquisição:
6. Coleção:	13. Procedência:
7. Categoria:	14. Utilização:
AREA DE ANÁLISE DO OBJETO	
15. Dados Históricos:	16. Descrição, marcas de inscrição e características iconográficas:
17. Imagem: (frente)	Imagem: (Verso)
18. Dimensão: Altura: Largura: Profundidade:	
19. Possui desdobramento?	Quais?
AREA DE ANÁLISE DE CONSERVAÇÃO	
20. Estado de Conservação:	Bom () Regular () Ruim () Péssimo ()
21. Percentual de Comprometimento:	%

22. Descrição e Localização dos Danos:	
23. Recomendações para preservação:	
AREA DE PREENCHIMENTO DE NOTAS	
24. Histórico de Participação em Eventos:	
25. Observações:	
AREA DE DADOS DE PREENCHIMENTO	
26. Responsável pelo preenchimento:	Data:
27. Responsável pela Revisão:	Data: